



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIAS APLICADAS - ICSA

Geiziele Nayara Anuniação Domingues

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO
SERVIÇO SOCIAL NO COLÉGIO ARQUIDIOCESANO DE OURO PRETO**

Mariana - Minas Gerais 2023



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIAS APLICADAS - ICSA

Geiziele Nayara Anunciação Domingues

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO
SERVIÇO SOCIAL NO COLÉGIO ARQUIDIOCESANO DE OURO PRETO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em serviço social pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientador: Prof. Dr. André Mayer.

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

D671s Domingues, Geiziele Nayara Anunciacao.

Serviço social na educação e uma análise da atuação do serviço social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto. [manuscrito] / Geiziele Nayara Anunciacao Domingues. - 2024.

50 f.

Orientador: Prof. Dr. Andre Mayer.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistentes sociais. 2. Capitalismo. 3. Educação - Aspectos sociais. 4. Serviço social. I. Mayer, Andre. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Geiziele Nayara Anunciação Domingues

Serviço Social da educação. Uma análise da atuação do Serviço Social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 06 de fevereiro de 2024

Membros da banca

Dr. André Mayer - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Isis Silva Rosa - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Davi Machado Perez - Universidade Federal de Ouro Preto

André Mayer, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 15/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luiz Monteiro Mayer, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/02/2024, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0667691** e o código CRC **2C01BC5B**.

DEDICATÓRIA

Agradeço primeiramente a Deus por me fortalecer Durante esse percurso, à minha família, cujo amor e apoio inabaláveis foram essenciais para eu não desistir, em especial a minha irmã pelo apoio de sempre; ao meu marido, pela paciência, compreensão e momentos de descontração que tornaram essa jornada mais leve; aos meus professores e orientadores, pela orientação valiosa, ensinamentos e inspiração que moldaram este trabalho. Esta conquista é dedicada a todos vocês, que compartilharam comigo os altos e baixos desta jornada acadêmica. Que esta dedicação seja reflexo do meu profundo agradecimento por todo suporte e incentivo ao longo do caminho.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso busca discorrer acerca dos desafios postos a categoria do serviço social brasileiro inserido no espaço sócio-ocupacional da educação. Utilizando como metodologia o referencial bibliográfico, esta pesquisa busca compreender a função social que a educação absorve inserida na sociedade capitalista, a qual é responsável por moldar todas as relações sociais. Dessa forma, é realizado um estudo com base no materialismo dialético para compreender como serviço social, enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho pode atuar nesse âmbito, visando a viabilização do acesso ao direito. Além disso, é realizada uma análise crítica acerca do período de Estágio Supervisionado em Serviço Social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, visando relacionar a teoria à prática profissional nesse contexto.

Palavras-chave: Serviço Social, Educação, Capitalismo, Colégio Arquidiocesano.

ABSTRACT

This undergraduate thesis aims to discuss the challenges faced by the Brazilian social work category within the socio-occupational space of education. Using bibliographical references as the methodology, this research seeks to understand the social function that education assumes within capitalist society, which is responsible for shaping all social relations. In this way, a study is conducted based on dialectical materialism to comprehend how social work, as a profession inserted into the socio-technical division of labor, can operate in this context, aiming to facilitate access to rights. Additionally, a critical analysis is carried out regarding the period of Supervised Internship in Social Work at the Arquidiocesano School for Ouro Preto, aiming to relate theory to professional practice in this specific context.

Keywords: Social Work, Education, Capitalism, Arquidiocesano School.

LISTA DE SIGLAS

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

CAOP - Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto/MG

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

BPC - Benefício de Prestação Continuada

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

CEBAS - Certificação das Entidades Benéficas De Assistência Social

CF - Constituição Federal

MG - Minas Gerais

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO E CAPITAL	11
1.1 - A SOCIEDADE CAPITALISTA	12
1.2 - A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	21
2 - CAPÍTULO II - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO	28
2.1 - SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	27
2.2 - SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E COMO SE INSERE A PROFISSÃO NO COLÉGIO ARQUIDIOCESANO DE OURO PRETO	34
2.2.1 - SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	35
2.2.2 - COMO SE INSERE A PROFISSÃO NO COLÉGIO ARQUIDIOCESANO DE OURO PRETO	37
3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	48

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é parte fundamental dos requisitos necessários para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e pretende abordar os desafios da atuação do profissional do Serviço Social na educação.

O interesse pelo tema se dá ao reconhecer a importância do/da profissional do Serviço Social inserido nos equipamentos da educação, uma vez que, mesmo sendo previsto por legislação desde 2019 a inserção deste profissional neste espaço sócio-ocupacional, ainda são poucas as escolas que contam com assistente social compondo a equipe técnica. Além disso, a inserção como estagiária no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto/MG propiciou o contato com a prática profissional e os inúmeros desafios postos à categoria nesse contexto. Dessa forma, o período marcado pela realização de Estágio Supervisionado em Serviço Social, foi crucial para a compreensão da necessidade de estudar, debater e produzir material abordando as dimensões profissionais que envolvem essa área de atuação.

A atuação do serviço social nas instituições de ensino não é algo recente, uma vez que, é um espaço sócio ocupacional que demanda a/o assistente social desde a gênese da categoria, segundo Martinelli (2011). A incorporação deste profissional no contexto escolar é embasada pela sua competência em buscar a melhoria das condições de vida e emprego, incentivando os usuários a reconhecerem sua importância como seres humanos. Além disso, esse profissional está devidamente capacitado para facilitar a resolução de conflitos entre a escola, a família e a sociedade, procurando identificar as manifestações dos problemas sociais que afetam os envolvidos, como é destacado por Bezerra (2017).

[...]considera-se que a escola constitui-se um dos espaços de intervenção do Assistente Social, já que este profissional é habilitado para atuar no enfrentamento das mazelas sociais através do acompanhamento social das famílias, do fortalecimento dos vínculos das mesmas e do desenvolvimento de suas potencialidades a fim de alcançarem a emancipação social (FALEIROS, 2010 apud OLIVEIRA, 2016).

No contexto educacional, os(as) Assistentes Sociais desempenham um papel fundamental de identificar e atender às expressões da questão social, assegurando a realização dos direitos sociais e promovendo a integração da escola na comunidade

em geral. Dessa forma, a Assistente Social assume uma postura crítica, pautada no Código de Ética Profissional, visando um Projeto Ético Político que vislumbra uma nova ordem societária e prevê a emancipação humana. A maior demanda profissional da assistente é pautada na avaliação sócio econômica das famílias que solicitam bolsa de estudos, porém, existem diversas outras demandas que são postas à profissional.

Dessa forma, as demandas postas ao Assistente Social no contexto educacional brasileiro, é atribuída pela instituição e possuem o objetivo de promover a garantia do acesso e da permanência na educação.

A atuação direcionada para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação indica outras dimensões que também se inscrevem no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social, evidenciando sua sintonia com os princípios ético-políticos que norteiam a atuação profissional. Reafirma, portanto, a compreensão de que o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/as profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional. (CFESS, 2013, p.38)

É importante levar em conta que o serviço social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e atua em meio às contradições da sociedade capitalista. A/o assistente social é convocado para atender às necessidades da classe trabalhadora, focando principalmente nas expressões da questão social. Por outro lado, é contratado por organizações privadas, como no contexto dos colégios particulares, que cada vez mais evidencia uma orientação a favor do capital e na contramão da classe trabalhadora.

Assim, compreendemos a necessidade de realizar uma análise crítica acerca da educação na sociedade capitalista, compreendendo a função que esta desenvolve em um contexto muito específico, onde todas as relações sociais são ditadas através do funcionamento do capital.

Como caminho teórico para este trabalho, nos debruçamos a realizar uma

análise acerca da atuação profissional do serviço social no ambiente educacional brasileiro. Através de revisão bibliográfica, pretende-se compreender os desafios e as precariedades postas à educação brasileira, para assim, realizar uma análise crítica acerca do período de estágio supervisionado em serviço social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto. Portanto, será essencial uma análise mais aprofundada da construção do serviço social, a fim de discutir a inserção dessa profissão no âmbito educacional. Para atingir os objetivos citados, esse trabalho pretende realizar uma linha investigativa sobre os avanços e desafios desta atuação.

É necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc, que lhes correspondem. (MARX, ENGELS, 2010, p. 107)

Além da pesquisa bibliográfica para constituir um estudo sistematizado acerca da atuação do serviço social na educação brasileira, bem como acerca das contradições e limitações postas ao serviço social, este trabalho pretende realizar uma análise da atuação profissional do serviço social que atua no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, para assim, tornar possível a assimilação da teoria com a prática profissional no cotidiano das/dos assistentes sociais, uma vez que, ambas caminham sempre juntas.

O presente trabalho de conclusão de curso centra o seu objetivo na análise acerca da atuação do serviço social no CAOP (Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto/MG), buscando analisar os principais desafios e as potencialidades do trabalho deste profissional nesse espaço sócio-ocupacional, e como objetivos específicos, pretendemos realizar uma análise acerca da constituição da educação brasileira enquanto um direito de todos, de modo que seja possível compreender as precariedades postas à essa política social como um projeto de Estado e ainda, compreender a educação brasileira como uma demanda do serviço social, especificamente no contexto atual, marcado por ataques à educação e a garantia de direitos à infância e adolescência.

A pesquisa estrutura-se em dois capítulos distintos, proporcionando uma abordagem abrangente sobre a interseção entre educação, sociedade capitalista e serviço social. O primeiro capítulo, intitulado "A Educação e o Capital", propõe-se a realizar uma análise aprofundada sobre o funcionamento da sociedade capitalista e a

maneira como a educação é integrada nesse contexto complexo. Nesse sentido, serão exploradas as dinâmicas econômicas, as relações de poder e as influências ideológicas que permeiam o sistema educacional, destacando as implicações para a formação dos indivíduos e a reprodução das desigualdades sociais.

No segundo capítulo, intitulado "O Serviço Social na Educação", a pesquisa busca realizar uma análise histórica desde a gênese da profissão até os dias atuais, abordando os desafios e potencialidades enfrentados pelos profissionais de serviço social no âmbito educacional. Será investigada a evolução do papel do assistente social nas escolas, considerando as transformações sociais e as demandas contemporâneas. Além disso, serão discutidos os principais desafios enfrentados pelos assistentes sociais, como a inclusão social, a garantia dos direitos fundamentais e a promoção de uma educação emancipatória.

A pesquisa também se concentrará em um relato de estágio no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, proporcionando uma visão prática da atuação profissional neste contexto específico. A análise crítica será embasada nos principais autores que compõem a biblioteca básica do Serviço Social, considerando ainda as cartilhas e orientações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Destaca-se a importância de compreender como os princípios teóricos se articulam com a prática cotidiana, permitindo uma reflexão aprofundada sobre as estratégias de intervenção e as possibilidades de transformação social no âmbito educacional.

Ademais, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, serão exploradas diversas correntes teóricas que contribuem para uma compreensão mais abrangente da temática, tais como as teorias críticas, a pedagogia emancipatória, e as abordagens contemporâneas do serviço social na educação. Essa abordagem multifacetada visa enriquecer a análise, proporcionando uma visão mais completa e aprofundada das complexas relações entre educação, sociedade capitalista e serviço social.

CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO E CAPITAL

É impossível realizar uma análise crítica, através do materialismo histórico dialético, acerca da educação brasileira como um direito social e campo de atuação do Serviço Social, sem antes compreender as engrenagens da sociedade capitalista, a qual, pautada visando o lucro acima de tudo, até mesmo acima da vida, interfere em todos os âmbitos das relações sociais, e ainda, na função social que a educação possui. O materialismo histórico dialético é uma abordagem teórica que busca entender a sociedade, suas transformações e contradições, analisando a história e a dinâmica das relações sociais, especialmente as relações de produção. Essa perspectiva enfatiza o papel central das relações abastadas e como elas moldam as instituições e as estruturas sociais. No contexto do capitalismo, a educação não escapa das influências agressivas e sociais. Ela se torna um campo em que os interesses de lucro, desigualdades e lutas de classes se manifestam, afetando diretamente o acesso à qualidade da educação disponível para diferentes grupos sociais.

Com efeito, a lógica dialética não é outra coisa senão o processo de construção do concreto de pensamento (ela é uma lógica concreta) ao passo que a lógica formal é o processo de construção da forma de pensamento (ela é, assim, uma lógica abstrata). Por aí, pode-se compreender o que significa dizer que a lógica dialética supera por inclusão/incorporação a lógica formal (incorporação, isto quer dizer que a lógica formal já não é tal e sim parte integrante da lógica dialética). Com efeito, o acesso ao concreto não se dá sem a mediação do abstrato (mediação da análise como escrevi em outro lugar ou "detour" de que fala Kosik). Assim, aquilo que é chamado lógica formal ganha um significado novo e deixa de ser a lógica para se converter num momento da lógica dialética. A construção do pensamento se daria pois da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto. (SAVIANI, 1991, p.11)

Assim, o capítulo em questão busca realizar uma análise aprofundada sobre a constituição da sociedade capitalista, examinando como essa estrutura se organiza e influencia todas as relações sociais presentes. Após uma exploração das engrenagens desse sistema no tópico 1.1, o tópico 1.2 concentra-se em compreender o papel da educação dentro da sociedade capitalista, destacando como ela é moldada de acordo com os interesses da burguesia. Diante desse propósito, é imperativo

aprofundar a análise sobre as complexidades intrínsecas à relação entre educação e sociedade capitalista. Ao buscar uma compreensão mais abrangente, faz-se necessário identificar meticulosamente os mecanismos pelos quais a educação opera como um instrumento de reprodução e legitimação das estruturas sociais predominantes. Nesse contexto, destaca-se a importância de explorar não apenas a superfície visível da educação, mas também as sutilezas e nuances que permeiam suas práticas e discursos.

A educação, enquanto componente essencial da estrutura social, desempenha um papel crucial na formação das dinâmicas sociais contemporâneas. É fundamental examinar de que maneira as instituições educacionais, os currículos, e as práticas pedagógicas contribuem para a manutenção e reprodução das desigualdades existentes na sociedade capitalista. Aprofundar-se na análise das relações de poder que se manifestam no âmbito educacional é essencial para desvelar as conexões entre a educação e a estrutura social, permitindo uma compreensão mais ampla das forças que moldam o panorama social.

Além disso, é crucial explorar as diferentes dimensões da legitimação das estruturas sociais por meio da educação, investigando como ideologias hegemônicas são disseminadas e internalizadas no processo educativo. A análise crítica das práticas pedagógicas, dos materiais didáticos e das relações interpessoais no contexto educacional proporcionará percepções valiosas sobre como a educação pode influenciar as percepções e valores dos indivíduos, consolidando, assim, a reprodução das normas sociais existentes.

Ao estender essa abordagem, a pesquisa almeja não apenas elucidar, mas também provocar reflexões críticas sobre as possibilidades de transformação no sistema educacional. A compreensão das complexidades dessa relação proporcionará subsídios para a formulação de propostas e estratégias que visem a uma educação mais justa, inclusiva e emancipatória, capaz de desafiar e transcender as estruturas sociais vigentes.

1.1 - A SOCIEDADE CAPITALISTA

O modo de produção capitalista, fundamentado no trabalho, tem como seu principal desígnio a busca pelo lucro, cuja obtenção se dá por meio da extração da mais-valia. Este sistema não apenas redefine o propósito do trabalho, que

anteriormente estava vinculado à transformação da natureza, mas também o eleva a outro patamar com a instauração desse modelo social-econômico. Este último, centrado na exploração da força de trabalho, é orientado primariamente para a geração de lucro e a dominação por uma parcela restrita da sociedade.

O trabalho deixa de ser simplesmente um meio de interação com o ambiente natural para se tornar um componente essencial na dinâmica capitalista, no qual a produção e acumulação de capital se sobrepõem à concepção tradicional de trabalho como um processo de transformação direta da natureza. Esse rearranjo socioeconômico visa não apenas a exploração da força de trabalho, mas também a consolidação do poder e domínio por uma elite privilegiada na estrutura social.

Na base da atividade econômica está o trabalho – é ele que torna possível a produção de qualquer bem, criando os valores que constituem a riqueza social. Por isso, os economistas políticos sempre concederam ao trabalho uma importância especial em seus estudos. Entretanto, o trabalho é muito mais que um tema ou elemento teórico da Economia Política. De fato, trata-se de uma categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade. (NETTO, BRAZ 2006, p.19)

Quando pensada sob o viés externo ao modo de produção ao qual estamos habituados, o trabalho nada mais é que a atividade de transformar materiais naturais em produtos que possibilitam a vida humana à medida em que atendem às suas necessidades. E, é importante salientar que esta atividade denominada trabalho se difere em diversos fatores de uma atividade natural, sem planejamento, muito pelo contrário, a categoria trabalho é algo inato e específico ao ser humano, uma vez que,

[...] O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da

forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais (Marx, 1983: p.149-150, 153).

Dessa forma, é possível que o homem, enquanto ser pensante, seja consciente realizando o trabalho de forma intencional, fruto do pensamento conceitual. É uma ação inteligente e transformadora que, ultrapassando a atividade instintiva e dissolvendo a unidade de concepção e execução, se constitui como todos os processos vitais.

[...] No mesmo compasso, salientamos que a sociedade se identifica com a natureza e não pode ser explicado por ela. Ou seja: estamos argumentando que a sociedade constitui um tipo de ser específico, uma esfera ontológica peculiar, radicalmente distinta do ser natural, a que cabe a designação de ser social [...] (LESSA, 2011, p. 139)

Já no sistema capitalista, essa atividade inerente à espécie humana ganha outros contornos, e torna-se categoria fundante para, nesse momento, geração de lucro e exploração de certa parte da sociedade. No sistema capitalista, a categoria de trabalho é fundamental para a dinâmica econômica. O trabalho é uma das principais fontes de produção de bens e serviços, e é por meio dele que as pessoas obtêm renda para suprir suas necessidades e aspirações.

Nesse contexto, quando inserido no sistema capitalista, o trabalho realizado por homens e mulheres, antes para satisfação de si mesmos, é transformado em nova categoria: força de trabalho, e a partir de então, começa a ser realizado para satisfazer necessidades alheias às suas. Dessa forma, trabalho que anteriormente era realizado, com o intuito de satisfazer os valores de uso, sofre uma reconfiguração sob a regência do capital, e passa a ser conduzido pela produção de valores de troca, adquirindo um caráter abstrato (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

À vista disso, temos a ordem que mantém o sistema capital, onde a força de trabalho de homens e mulheres, através da potencialização do trabalho social gera a riqueza socialmente produzida, a medida em que, esta não é distribuída igualmente, reproduzindo assim, a contradição do capital, responsável pelo acirramento do

processo de pauperização dos indivíduos que só possuem a força de trabalho para vender. Assim, em suma, “o modo de produção capitalista possui por ato fundante a relação de compra e venda da força de trabalho , no qual o trabalhador oferta sua única mercadoria – força de trabalho - ao capitalista que a utiliza para valorizar o capital.” (FARIAS, LIMA, ALMEIDA, 2015, p.01)

É importante ressaltar que mesmo em ordens anteriores ao capitalismo, o trabalho esteve associado à exploração, subordinação de uma classe social em detrimento de outra. No sistema capitalista, o trabalho continua subordinado a interesses externos aos trabalhadores, ocorrido em uma relação de opressão e exploração, mantendo o caráter exploratório proveniente da privatização da produção social, porém, o modo como o trabalho é tratado passou por diferentes modos de produção.

Anteriormente, em sistemas como a escravidão ou o feudalismo, os trabalhadores eram frequentemente considerados como propriedades dos senhores ou proprietários de terras. No entanto, no sistema capitalista, a força de trabalho se torna “livre”, aqui é considerada a liberdade abordada por Marx (1884), sendo a escolha entre alternativas concretas, e, nesse contexto, os trabalhadores têm como única alternativa, vender a sua força de trabalho à burguesia.

Essa liberdade aparente, no entanto, muitas vezes esconde a falta de escolha real para os trabalhadores. Eles se veem compelidos a vender sua força de trabalho para sobreviver, já que não possuem acesso aos meios de produção e, conseqüentemente, não têm outra maneira de sustentar suas necessidades básicas. Assim, no modo de produção capitalista, a exploração e a opressão ainda estão presentes na relação entre capital e trabalho. Os trabalhadores são explorados pelo capital, que buscam maximizar os lucros ao mesmo tempo em que pagam o mínimo possível em benefícios e vantagens.

Nessa perspectiva, Marx (1985) afirma que, dentro do sistema capitalista, o trabalhador é desapropriado do conhecimento completo sobre o processo produtivo, sendo colocado como um mero executor de uma tarefa específica que contribui para o produto final. Portanto, vemos que a lógica predominante é de submissão e dominação pertencentes ao capital. Nesse contexto, é necessário compreender que o sistema capitalista não interfere apenas nos meios concretos, mas engloba também a subjetividade do trabalhador, visando métodos de máxima extração de mais-valia, e

com isso, mantém a base da sustentação de poder político, econômico e ideológico, exercida pela produção e reprodução das relações sociais. Destarte, o sistema capitalista molda todas as relações sociais, transformando não só a mercadoria em si, mas também esferas como a educação, a cultura, o acesso da classe trabalhadora até ao próprio lazer, torna-se tudo ditado pela ordem do capital.

Dado o exposto, o modelo de dominação e expropriação de uma força de trabalho em detrimento de outra, se dá perante as necessidades da burguesia, classe que detém os meios de produção e a propriedade privada, e visa a garantia de lucros a partir da força de trabalho superexplorada de homens e mulheres, que não possuem nada além da própria força de trabalho.

Quando a classe trabalhadora vende sua força de trabalho, eles produzem um valor real que excede o custo do seu trabalho. Esse valor extra é o excedente do trabalho, conhecido como "mais-valia". Em vez de ser dividida com os trabalhadores, essa mais-valia é apropriada pelos empregadores, a classe burguesa, tornando-se parte da riqueza da burguesia.

A riqueza gerada pela força de trabalho de homens e mulheres é acumulada ao longo do tempo, contribuindo para o acúmulo de capital por parte dos empregadores. Esse capital, por sua vez, é reinvestido nas atividades produtivas, permitindo que a burguesia aumente ainda mais sua riqueza e poder econômico.

Em resumo, a exploração da mais-valia é vista como um dos principais mecanismos pelos quais a burguesia enriquece e mantém seu domínio no sistema capitalista, enquanto os trabalhadores ficam com uma parcela limitada do valor que realmente produzem.

Assim, é fundamental compreender que as relações sociais não apenas se desenvolvem, mas são moldadas de maneira intrínseca pela produção e reprodução da ordem do capital. Este processo intrincado se manifesta concretamente por meio dos meios de produção, os quais desempenham um papel central na geração de mercadorias. Explorar essa dinâmica é essencial para uma análise mais aprofundada das bases estruturais que fundamentam o sistema capitalista.

A produção e reprodução da ordem do capital envolvem uma complexa teia de relações econômicas, políticas e sociais. Os meios de produção, entendidos como os instrumentos e processos utilizados na criação de bens e serviços, tornam-se não apenas catalisadores do desenvolvimento econômico, mas também geradores das

relações sociais que caracterizam a sociedade sob o domínio do capital. Examinar como esses meios de produção permeiam e influenciam as interações entre indivíduos e grupos sociais é crucial para desvendar as engrenagens subjacentes ao funcionamento desse sistema.

A mercadoria, por sua vez, emerge como um conceito central nesse panorama, sendo um elemento essencial na lógica do capitalismo. A análise da mercadoria vai além de sua simples manifestação física; ela representa a materialização das relações sociais de produção. Compreender como a mercadoria se torna não apenas um objeto de troca, mas um reflexo das relações de poder, é fundamental para desvelar a complexidade das dinâmicas sociais inerentes ao sistema capitalista.

No âmbito da produção de mercadorias, é possível identificar relações de classe, exploração e alienação que permeiam a estrutura social. Aprofundar-se nesses conceitos permite uma visão mais abrangente das formas pelas quais o capital molda não apenas a economia, mas também as interações cotidianas e as estruturas de poder que definem as relações sociais. Dessa forma, a análise crítica dos meios de produção e do papel da mercadoria proporciona uma base sólida para a compreensão das dinâmicas subjacentes ao sistema capitalista e suas implicações na configuração da sociedade contemporânea.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. Cada coisa útil, como ferro, papel etc., deve ser encarada sob duplo ponto de vista, segundo qualidade e quantidade. Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto, ser útil, sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico.⁷⁸ Assim como também o é a descoberta de medidas sociais para a quantidade das coisas úteis. A diversidade das medidas de mercadorias origina-se em parte da natureza diversa dos objetos a serem medidos, em parte de convenção. (MARX, o capital, p. 165)

A mercadoria nada mais é do que fruto do trabalho humano, produzida com intuito de suprir as necessidades sociais, as quais são efetivadas através da troca

destas pela soma de valor. É nesse contexto, quando o dinheiro é inserido nessas trocas de mercadoria, que tem início o processo de mais-valia.

Dinheiro – considerado aqui como expressão autônoma de uma soma de valor [...] – pode na base da produção capitalista, ser transformado em capital e, em virtude dessa transformação, passar de um valor dado para um valor que se valoriza a si mesmo, que se multiplica. Produz lucro, isto é, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não pago, mais produto, mais valia, e apropriar-se dele. Assim adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado em capital, produz. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria sui generis. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria. (MARX, 1984c, p. 255).

Isto posto, é possível compreender ciclo do capital da seguinte forma: o capitalista utiliza de seu poderio econômico para comprar a força de trabalho e os meios de produção, sendo estes os recursos naturais, matéria prima e demais materiais que são utilizados para produção da mercadoria, utilizando os meios de produção para criar mercadorias que, acrescidas de mais-valia, vão ao mercado, sendo transformadas em dinheiro, gerando assim o processo de acumulação capitalista, logo compreende-se também que o MPC ocorre para além da produção.

Segundo Netto (2009), podemos resumir este ciclo como sendo: Dinheiro → Mercadoria → Modo de produção → Força de trabalho, passando para o processo produtivo de: Mercadoria → Modo de produção → Força de trabalho → Esfera da produção → Novas mercadorias, e quando essas mercadorias são vendidas, ocorre a troca por mais dinheiro, tomando forma de Capital Monetário com valor acrescido: Nova mercadoria M' → Dinheiro acrescido D' e então todo o movimento do Capital pode ser reconhecido como a rotação do Capital, configurado como:

$$D \rightarrow M \rightarrow Mp \rightarrow F \dots\dots\dots P \rightarrow M' \rightarrow D'$$

Nessa descrição, são apresentadas duas formas de reprodução do capital: a reprodução simples e a reprodução ampliada. Além disso, são abordadas as necessidades inerentes ao processo de acumulação e centralização do capital, levando ao surgimento de monopólios e ao advento do capital monopolista.

Na reprodução simples, os capitalistas acumulam todo o montante da mais-valia extraída dos trabalhadores, mas esse valor não é reinvestido na produção de novas mercadorias. Em vez disso, o excedente é retido e transformado em capital acumulado ou mais-valia capitalizada. Isso significa que o capital total disponível para investimento aumenta ao longo do tempo, mesmo que não haja uma expansão direta na produção.

Já na reprodução ampliada, o capitalista retém parte da mais-valia acumulada e reinveste o restante na produção de novas mercadorias. Dessa forma, a mais-valia é convertida em capital novamente, multiplicando o excedente e permitindo uma expansão direta da produção e dos negócios.

A acumulação e centralização do capital levam a transformações no cenário econômico. Os capitalistas são impulsionados a acumular capital constantemente, pois, caso contrário, correm o risco de desaparecer, sendo absorvidos por aqueles que possuem mais-valia em maior quantidade. Isso leva à criação de monopólios, onde um pequeno número de empresas domina um setor ou mercado, eliminando a livre concorrência. O surgimento do capital monopolista, mencionado na década de 1970, marca uma fase avançada do desenvolvimento capitalista, onde a concentração de poder econômico se torna mais evidente.

Na tradição teórica que vem de Marx, está consensualmente aceito que o capitalismo, no último quartel do século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômicas, com incidências necessárias na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que envolvia. Trata-se do período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como o estágio imperialista. E é também consensual que “o período do imperialismo ‘clássico’ [situa-se] entre 1890 e 1940” (MANDEL, 1976, p.325).

Nesse contexto, é importante destacar que o Estado também assume função primordial para a manutenção da ordem do capital. Em específico neste cenário de reconfiguração do sistema capitalista, o Estado busca manter a ordem do capital, indo, nesse quesito, contra o ideal liberalismo, que prevê a não intervenção do estado. Segundo Lenin (1987, p. 55), O Estado se constitui “no lugar, na hora e no grau em

que as condições de classe não podem, objetivamente, conciliar-se. E vice-versa: a existência do Estado demonstra que as contradições de classe são inconciliáveis”.

Nesse âmbito, a classe burguesa desempenha um papel fundamental na criação e organização do Estado Moderno. Seu objetivo é proteger e favorecer seus próprios interesses, especialmente garantindo a manutenção da ordem do capital. Para isso, ela molda o poder político de acordo com suas necessidades e preferências.

Assim, o Estado moderno, compactua desigualdades subjacentes do sistema capitalista, onde os trabalhadores são explorados e sua mais-valia é apropriada pela classe burguesa. Nesse cenário, o Estado serve como uma estrutura que perpetua a dominação e os privilégios da burguesia, garantindo sua posição de poder na sociedade. Como aborda Mézáros (2015, p.87):

[...] as determinações materiais diretas da ordem reprodutiva do capital estão totalmente complementadas pela abrangente estrutura política de comando das formações estatais do capital constituindo se, assim, a realidade estruturante interligada e enredada, e o círculo vicioso prático, do sistema do capital como um todo.

De acordo com as colaborações de autores citados acima, podemos compreender que o Estado é tanto resultado quanto um elemento formador da realidade social dentro do sistema capitalista. Ele se desenvolve em resposta às circunstâncias e relações existentes na sociedade e, ao fazer isso, influencia ativamente nessas mesmas relações.

Quando o Estado se apropria da sociabilidade humana, ele assume um papel ativo na organização e influência das interações sociais, seguindo a lógica estrutural do sistema econômico capitalista. Portanto, o Estado age como uma instituição que defende e promove os interesses da classe dominante, e desempenha um papel essencial na sustentação das estruturas de poder e das desigualdades inerentes ao sistema capitalista, assegurando a continuidade e estabilidade do modo de produção capitalista.

Dado o exposto, mesmo com as reconfigurações do capitalismo e as transformações das relações sociais, o capital segue mantendo vigente os seus princípios de dominação, exploração e expropriação de riquezas, resultando nas expressões da questão social, e como um de suas consequências, a pauperização da

população. Dessa forma, é interessante para esse sistema a produção e reprodução do desemprego em larga escala, como também as condições subumanas para a classe trabalhadora diante do exército industrial de reserva como aborda Marx (1985, p.209):

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.

1.2 - A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A educação é entendida em seu mais puro conceito, como a produção de saber, responsável pelo compartilhamento do conhecimento, e pode ser definido segundo Saviani (2012, p.11) como:

A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana. (...) diferentemente dos outros animais, que se adaptam à realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la. E isto é feito pelo trabalho.

A educação faz parte do processo histórico relativo à evolução humana, há muito presente na sociedade carrega consigo marcas de segregação e alienação, sendo necessário a compreensão e debate da educação para além dos moldes estabelecidos e aceitos. Quando analisamos a função da educação na sociedade é necessário compreender que esta é moldada para cumprir os objetivos propostos pelo sistema capitalista. Segundo Mézáros (2004), a educação não deve ser entendida e

trabalhado como um negócio, mas como uma criação, e o seu objetivo não deve ser puramente fomentar força de trabalho qualificada para ser super explorada pelo capital, mas, ter foco a vida humana e a possibilidade de formar seres pensantes. “A educação não é mercadoria”. Ainda utilizando como principal referência para este capítulo, A Educação para além do capital,

Mészáros ensina que pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no indivíduo, no lucro e na competição seus fundamentos. Que educar é - citando Gramsci - colocar fim à separação como *Homo faber* e *Homo sapiens*; é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias . E recorda que transformar essas ideias e princípios em práticas concretas é uma tarefa a exigir ações que vão muito além dos espaços das salas de aula, dos gabinetes e dos fóruns acadêmicos. Que a educação não pode ser encerrada no terreno estrito da pedagogia, mas tem de sair às ruas, para os espaços públicos, e se abrir para o mundo. (JINKINGS, 2005, p. 9,10)

Para Mészáros, temos um modelo de educação institucionalizada, cujo objetivo é capacitar os cidadãos para o exercício produtivo, além de internalizar valores que são de interesse da classe dominante, a fim de que os mesmos sejam reproduzidos, legitimando a ordem social vigente e a reproduzindo como natural e inalterável. Um dos problemas da educação constituída na ordem do capital, é a autoridade que lhe é outorgada e adulteração dos fatos em favor de determinados interesses, o que dá legalidade para que aquele que detém o poder mude a história a seu favor.

Quando analisamos de forma crítica a educação, inserida no contexto da sociedade de classes, a qual funciona pautada no lucro em detrimento d exploração da força de trabalho humana, o processo educativo adquire novos objetivos, sendo assim, busca formar aptidões e comportamentos que são necessários ao modelo social e econômico em vigor. A educação faz parte do processo histórico relativo à evolução humana, há muito presente na sociedade carrega consigo marcas de segregação e alienação, sendo necessário a compreensão e debate da educação para além dos moldes estabelecidos e aceitos. Segundo Mészáros, temos o modelo de educação institucionalizada, com o objetivo de capacitar os cidadãos para o exercício produtivo.

Neste contexto explicativo em que, de um lado, a educação deve atender um aspecto do indivíduo, enquanto direito social, e, ao mesmo tempo, atender às necessidades do desenvolvimento calcado na inovação tecnológica, delineia-se um certo impasse constante do tecnocratismo, entre o econômico e o social. Dessa forma, procuramos captar que a filosofia de educação está presente no pensamento tecnocrático, enquanto expressão da visão da classe dominante.(COVRE, 1983, p.196).

A educação, pensada para além das necessidades do capital, tem o objetivo de agregar conhecimento ao indivíduo, visando ampliar sua gama de concepções acerca da realidade em que está inserido, possibilitando ainda, o seu pensamento crítico. De acordo com as ciências sociais, existem dois modos de educar, sendo estes, a educação familiar e a educação escolar, podendo ser considerado também como educação informal e educação formal. “A educação informal corresponde ao processo de aprendizagens que realizamos (tanto no papel de ensinantes como de aprendizes), que acontece sem que nos demos conta. Acontece ao longo da vida, constitui um processo permanente e contínuo e não previamente organizado”. (PARK, FERNANDES, 2007, p. 127).

Quando analisamos a educação escolar em nossa sociedade, é impossível compreender esta como a parte externa do contexto de totalidade das relações sociais provenientes da sociedade capitalista. A educação na sociedade dos monopólios, perde a sua função social, a qual tinha o intuito de estimular o pensamento e abrangência para as diversas formas de conhecimento, e torna-se, nesse contexto, uma forma de qualificar a força de trabalho, além de manter a ordem do capital, através da diferença do acesso desta aos demais indivíduos, conforme sua classe social. A educação está inserida na contradição entre as classes, em um contexto onde o Estado assume a função de “comitê que administra os negócios comuns de toda classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2011, p. 27).

Para os que compreendem que a educação é um direito social, e de todo (a) s, a defesa é de que deve ser laica, gratuita, socialmente referenciada e pública. Para outros segmentos, a educação é um produto e, nesse sentido, deve ser tratada como uma mercadoria, servindo dos interesses do desenvolvimento Capitalista, de modo que pode ser vendida e esvaziada de sentido social (FILHO; FARAGE, 2019. p. 34)

A função da educação na sociedade capitalista vai além do simples processo de transmissão de conhecimento e habilidades. Para Mészáros, a educação desempenha um papel fundamental na reprodução e manutenção das relações sociais na sociedade capitalista, e das estruturas de poder inerentes a esse sistema. Nesse contexto, a educação atua com o intuito de perpetuar uma ideologia dominante, que favorece a lógica do capitalismo e oculta as contradições sociais e econômicas subjacentes.

Através do sistema educacional, o sistema econômico-social em vigor, consegue moldar a subjetividade, de forma a impor valores, normas e perspectivas que reforçam a conformidade com as demandas do sistema. Dessa forma, além de inibir o senso crítico, é responsável também por assumir um caráter puramente tecnicista, onde o principal objetivo é qualificar a força de trabalho para geração de lucro através da mais-valia.

Além disso, a educação atua como parte integrante da "reificação" capitalista, um processo pelo qual as relações sociais são transformadas nas relações entre objetos, tornando a dominação e a exploração aparentarem ter um "caráter natural" das coisas. A educação, nesse sentido, contribuiria para a criação de uma mentalidade que naturaliza as desigualdades e dificulta a percepção das alternativas ao sistema. E assim, possibilita a perpetuação e consolidação das estruturas de poder e a ideologia dominante do sistema, colaborando com a criação de uma força de trabalho adaptada às necessidades do capitalismo, mantendo os indivíduos alinhados com os interesses da classe dominante.

A educação institucionalizada, especialmente nos 150 anos, serviu - no seu todo - ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma "internalizada" (isto é, pelos indivíduos devidamente "educados" e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZÁROS,2005 p.35)

Para além desses aspectos que constituem a função social da educação na sociedade capitalista, é necessário também citar o sucateamento da educação, bem

como da saúde e de outros serviços públicos, como um projeto de longa data, visando lucro em todas as esferas e tornando tudo em mercadoria, esse sucateamento fortalecer a iniciativa privada, mas para tanto é necessário que a própria população aprove isso, onde entra a alienação, ferramenta importantíssima para que esses projetos sejam aprovados. A educação pode ser considerada como um dos principais alvos de ataques da burguesia, uma vez que, esta é, cada vez mais sucateada e precarizada.

Enfatizamos que a educação em todos os seus níveis é capturada paulatinamente na reprodução capitalista: funciona como espaço de produção de valor e como potencial fonte de extração de mais-valor. A educação subsumida à lógica da mercadoria tanto lança o processo educativo em si e suas ferramentas de ensino-aprendizagem nos circuitos mercantis de consumo da classe trabalhadora, como também engloba o próprio processo de qualificação/capacitação da força de trabalho, potencializando a extração de mais-valor. E o processo educativo mais amplo dá coerência ético-política a um determinado bloco histórico para sustentar a supremacia burguesa, formatando um novo conformismo. (MOTTA, EVANGELISTA, CASTELO, 2021, p.02)

A educação é afetada em todos os âmbitos pelo capitalismo, principalmente em um contexto onde o Estado assume função de comitê executivo da burguesia (MARX; ENGELS, 2011, p. 27), propiciando as condições necessárias para a manutenção da ordem do capital, e assim, fomentando no sucateamento do processo educacional brasileiro. Essa precarização da educação ocorre tanto nas instituições públicas, quanto privadas, onde a força de trabalho responsável pela função de ensino é atravessada pelas frágeis e precárias formas de contratação, sobrecarga profissional e má remuneração.

É importante destacar também um fenômeno que vem impulsionando cada vez a precarização da educação brasileira. O avanço excessivo do ensino remoto, o qual ganhou proporção ainda maior no contexto pós pandemia do coronavírus¹ em

¹ A pandemia de COVID-19 é a pandemia mais recente da história da humana, tendo início decretado em Março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) decorrente da doença por coronavírus (COVID-19), causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). Por se tratar de uma doença respiratória, a principal forma de prevenção é o isolamento social. A pandemia que se encerrou em 2023, foi responsável, somada a má gestão do (des)governo Bolsonaro e precarização da saúde brasileira, por levar a óbito mais 700 mil brasileiros.

decorrência do isolamento social, e tem sido responsável pela precarização do processo educacional e formação de profissionais pouco qualificados, sem desenvolvimento do senso crítico.

O ensino remoto é uma das pontas de lança do grande capital para substituir trabalho vivo por trabalho morto, aumentando o exército industrial de reserva do setor educacional, e levar à subsunção real do trabalho ao capital a um patamar até então inimaginável, desarmando as organizações combativas das e dos profissionais da educação. (MOTTA, EVANGELISTA, CASTELO, 2021, p.03)

Dessa forma, no contexto monopolista do capitalismo, e ainda, marcado pelo avanço do neoliberalismo, as instituições de ensino, principalmente, superior são atacadas diretamente pelo sucateamento do ensino, ausência de investimentos e riscos de privatização, tornando assim, a educação restrita a pequena parcela da sociedade. E mesmo essa parcela que consegue ter acesso, está inserida em um processo educacional pautado meramente no produtivismo.

A educação básica brasileira também enfrenta todos os níveis de precarização, com instituições que são incapazes de oferecer o básico necessário para propiciar o bom desenvolvimento educacional dos alunos. O que mais uma vez reforça o estado mínimo previsto pelos ideais neoliberais, e aumenta o avanço das instituições privadas de educação básica no Brasil. Todo esse descaso do poder público brasileiro com a educação, não passa de um projeto de governo, onde trata a educação, não como um direito social e um meio de transformador social, mas como uma mercadoria, restrita apenas à classe dominante.

Resumidamente, a implementação de uma educação libertadora transcende não apenas a esfera da necessidade e da projeção, mas também se configura como um desafio. Essa busca por uma educação emancipadora não se limita ao âmbito educacional; ela perpassa também as esferas econômica e sócio-histórica. Nesse contexto mais amplo, a educação emerge como o catalisador para todas as transformações desejadas, destacando a importância de uma abordagem universal e libertadora.

É crucial compreender que alcançar uma educação verdadeiramente libertadora implica romper com instituições de cunho conservador. Essa ruptura

fundamenta-se na união dos povos e no emprego da força coletiva como pilares essenciais para forjar um sistema educacional que promova a liberdade, a equidade e a autonomia. Dessa maneira, a luta por uma educação que transcenda barreiras conservadoras não é apenas um ideal, mas sim um imperativo que demanda a colaboração e a mobilização conjunta da sociedade na busca por transformações profundas e duradouras.

2 - CAPÍTULO II - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO

Na busca por compreender a inserção do serviço social no campo da educação, entraremos no segundo capítulo deste trabalho, nos complexos desafios que conectam essas duas esferas fundamentais para o desenvolvimento social e humano.

O Brasil, rico em diversidade cultural e desafios sociais, serve como cenário principal deste estudo, refletindo a influência da história, das políticas públicas e das perspectivas profissionais no serviço social.

No tópico 2.1, "Serviço Social no Brasil", iremos analisar o papel do serviço social em nosso país, mergulhando nas raízes históricas que moldaram essa profissão e a forma como ela se estabelece na construção do bem-estar social e vamos nos aprofundar mais nos impactos e na importância da presença do serviço social dentro do ambiente educacional. visto que a educação é um pilar fundamental na formação da sociedade e do indivíduo, e à medida que desvendamos o serviço social nesse contexto, enxergamos a maneira como ele contribui para a promoção de equidade, inclusão e desenvolvimento integral de alunos e comunidades.

Já no tópico 2.2 abordaremos sobre como o serviço social e a educação se entrelaçam, moldam o futuro e, juntos, influenciam na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. E abordaremos também sobre o serviço social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, os desafios e as potencialidades que esse campo trás, análise feita através da experiência do estágio.

2.1 - SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O Serviço Social brasileiro tem suas raízes na era industrial do século XIX, quando o país começou a enfrentar desafios decorrentes da urbanização e da industrialização. As primeiras formas de assistência social eram consideradas como caridade, oferecidas por instituições religiosas e filantrópicas. No entanto, com a modernização do país no início do século XX, cresceu a necessidade de abordagens mais sistematizadas para lidar com as expressões da "questão social".

[...] a gênese da "questão social" é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital. Esse processo remete à incorporação permanente de inovações tecnológicas pelos

capitalistas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias [...] (SANTOS, 2012, p. 26).

O Serviço Social é uma profissão de grande relevância social, desempenhando um papel fundamental na promoção da justiça social e na garantia dos direitos humanos, no entanto, o Serviço Social como profissão organizada e regulamentada começou a se consolidar a partir dos anos 1930, influenciado pelas ideias do Movimento de Reconceituação na América Latina.

A década de 1930 foi marcada pela influência do pensamento católico social, que buscavam conciliar princípios cristãos com a necessidade de atuar nas expressões da “questão social”.

[...] é dos grupos religiosos que a profissão surge. No entanto, a afirmação desse “mito de origem” não garante, a princípio, que ele se perpetue indefinidamente. Será preciso assim mostrar que fundamentos empíricos sustentam a reprodução dessa mediação na prática profissional e quais suas expressões de continuidade. (SIMÕES, 2005, p. 11).

O marco oficial na história do Serviço Social brasileiro ocorreu em 1936, com a criação da Escola de Serviço Social de São Paulo, que deu início à formação acadêmica da profissão. Durante os anos 1930 e 1940, o Serviço Social foi influenciado pelo pensamento católico social e se voltou para a assistência social, influenciando as políticas públicas da época. Com o Estado Novo de Getúlio Vargas, o Serviço Social ganhou reconhecimento oficial e começou a ser utilizado como instrumento de intervenção do Estado na realidade social do país.

A partir dos anos 1960 e 1970, o Serviço Social no Brasil passou por uma fase de renovação e politização, influenciada pelas transformações políticas e sociais da época. Nesse período, surgiram movimentos sociais e estudantis que questionavam o autoritarismo do regime militar e buscavam a democratização do país. Os assistentes sociais também se engajaram nesse processo, adotando uma postura crítica e voltada para a defesa dos direitos humanos. Neste período acontece também o processo de reconceituação do Serviço Social que foi um movimento importante na América Latina, incluindo o Brasil, esse movimento teve como objetivo repensar e reformular a prática do Serviço Social, questionando suas bases teóricas e práticas

tradicionais e buscando uma abordagem mais crítica e comprometida com a transformação social.

O processo de reconceituação ocorreu em um momento de agitação política e social em que o país estava passando por mudanças políticas e enfrentando regimes autoritários como a ditadura militar, e os assistentes sociais precisaram repensar sua prática profissional. Sendo assim, a reconceituação questionou as abordagens tradicionais do Serviço Social, que muitas vezes eram vistas como conservadoras e assistencialistas.

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exigia-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionalis”. (Netto, 2005. p. 123)

Os profissionais de Serviço Social passaram a criticar a mera adaptação às políticas estabelecidas e passaram a focar na transformação social e na defesa dos direitos humanos, além disso a reconceituação trouxe uma ênfase na teoria social crítica como base teórica para o Serviço Social. Isso envolveu uma análise mais profunda das estruturas sociais, econômicas e políticas que geram a desigualdade e a exclusão social. A reconceituação também enfatizou a importância da formação crítica dos profissionais de Serviço Social.

[...] formação profissional possibilite aos assistentes sociais compreender criticamente as tendências do atual estágio da expansão capitalista e suas repercussões na alteração das funções tradicionalmente atribuídas à profissão e no tipo de capacitação requerida pela ‘modernização’ da produção e pelas novas formas de gestão da força de trabalho; (IAMAMOTO, 2000, p.180).

Isso envolveu uma revisão dos currículos de formação para incluir uma abordagem mais crítica e reflexiva, e os assistentes sociais envolvidos na reconceituação se comprometeram com a defesa dos direitos humanos e passaram a trabalhar em parceria com movimentos sociais, sindicatos e outras organizações que buscavam promover mudanças sociais. Sobre esse processo lamamoto afirma:

[...] a ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca-se colocar-se, objetivamente a serviço dos interesses dos usuários, Isto é, dos setores dominados da sociedade” (IAMAMOTO, 2000, p.37).

Nota se então que o processo de reconceituação teve um impacto profundo no Serviço Social no Brasil, contribuiu para uma maior consciência política dos assistentes sociais e para uma prática mais comprometida com a justiça social. Além disso, influenciou a formulação de políticas públicas mais progressistas.

Com a redemocratização do Brasil nos anos 1980, o Serviço Social ganhou ainda mais relevância, à medida que a sociedade demandava por políticas sociais mais eficazes e inclusivas. O profissional de Serviço Social passou a atuar em diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, previdência social e outras, contribuindo para a construção e implementação de políticas públicas que visam reduzir as desigualdades e promover o bem-estar da população.

A profissão conta com o Código de Ética do Serviço Social brasileiro que foi revisado e atualizado em 1993, após um processo de discussão e reflexão envolvendo profissionais da área. Ele é composto por princípios éticos, valores e normas de conduta que são essenciais para o exercício da profissão. Ele orienta os/as assistentes sociais na tomada de decisões éticas, na resolução de dilemas morais e na promoção dos valores fundamentais da profissão. Além disso, o Código de Ética é uma referência para a fiscalização e a regulamentação da profissão, sendo utilizado em processos disciplinares e em avaliações de conduta profissional. A profissão conta também com projeto ético-político do Serviço Social que é um conjunto de princípios, valores e compromissos que orientam a prática e a atuação dos assistentes sociais. Ele representa a base ideológica e ética da profissão, definindo seu propósito, sua missão e seus objetivos. Esse projeto é fundamental para a compreensão da identidade e do papel do Serviço Social na sociedade contemporânea.

Os projetos profissionais (inclusive o Projeto ético-político do Serviço Social) apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos

profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários e seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. (NETTO, 2006, p. 144)

A Constituição de 1988 estabeleceu as bases para um sistema de proteção social mais amplo e inclusivo. Ela reconheceu a assistência social como um direito do cidadão e um dever do Estado, um marco que mais tarde resultaria na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A LOAS foi promulgada em 1993, consolidando o arcabouço legal da assistência social no Brasil. Ela estabeleceu diretrizes e princípios fundamentais, reconhecendo a assistência social como um direito do cidadão e um dever do Estado, alguns pontos importantes que a LOAS estabelece é que a assistência social seja destinada a todos que dela necessitem, independentemente de contribuições prévias, tornando-a um direito universal; A lei prevê a concessão de benefícios, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e a oferta de serviços sociais, como abrigos, centros de convivência, entre outros, ela destaca ainda que a assistência social é uma responsabilidade do Estado, com o financiamento a partir de recursos públicos, garantindo a universalidade, a descentralização e a participação da sociedade.

No início, as políticas de assistência social no Brasil estavam focadas em programas de caridade e filantropia. No entanto, ao longo do tempo, essas políticas evoluíram para se tornar mais inclusivas e abrangentes. O lançamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005 representou um marco importante. Algumas características do SUAS é que o ele envolve os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) na gestão e execução das políticas de assistência, permitindo adaptações às necessidades locais, tem a participação da sociedade civil como uma pedra angular do SUAS, garantindo a voz das comunidades na formulação e acompanhamento das políticas, além destes o sistema busca integrar serviços e benefícios, promovendo uma abordagem abrangente para atender às necessidades dos cidadãos.

Apesar dos avanços, as políticas de assistência social no Brasil ainda enfrentam desafios significativos. A sustentabilidade financeira é um ponto crítico, especialmente em um contexto de pressões orçamentárias e escassez de recursos. Garantir que os recursos cheguem às famílias que mais precisam e evitar fraudes são preocupações contínuas. Outro desafio é a garantia da qualidade dos serviços e

programas oferecidos. Isso requer investimento em infraestrutura, capacitação de profissionais e monitoramento eficaz.

Hoje, o Serviço Social no Brasil enfrenta desafios complexos, como a persistência da desigualdade social, a precarização das condições de trabalho dos profissionais e a necessidade de se adaptar a novos contextos, como o avanço das tecnologias e as mudanças demográficas. No entanto, sua importância como agente de transformação social permanece inquestionável. Sobre o serviço social na contemporaneidade Lamamoto (2009, p.5) afirma que:

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais.

No contexto atual o país vivencia um período pós pandemia da Covid-19 que trouxe consigo não apenas desafios de ordem sanitária, mas também evidenciou e exacerbou as desigualdades sociais e econômicas existentes. Além disso reforçou preocupações já existentes sobre os desafios que os/as profissionais do serviço social terão que enfrentar visto sua condição de vendedores de força de trabalho conforme afirma Yolanda Guerra (2022, p3):

Esse quadro de antes e do pós-pandemia, ainda que sucintamente apresentado nas suas manifestações fenomênicas, mostra parte dos desafios que temos pela frente, seja na nossa condição de vendedoras de força de trabalho seja para o desempenho das nossas atribuições e competências.

Yolanda traz à discussão a relevância das transformações ocorridas no ambiente de trabalho devido à implementação do home office ou de uma abordagem híbrida durante a pandemia. Essas mudanças têm implicações significativas na dinâmica laboral, especialmente para as mulheres, que muitas vezes assumem a responsabilidade pelas tarefas domésticas, incluindo cuidados com os filhos e atividades do lar.

Nesse contexto, Yolanda destaca que essa modalidade de trabalho pode resultar em sobrecarga e na invasão da esfera privada das mulheres. Além disso, ressalta que o atual modelo de operação carece de mecanismos eficazes de fiscalização, pois esse modo de operação proporciona um ambiente em que a falta de supervisão pode acarretar consequências negativas. Ela argumenta que essa falta de controle pode comprometer o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, destacando a importância de abordagens mais cuidadosas na implementação do trabalho remoto ou híbrido.

Adicionalmente, Yolanda destaca a ausência de preocupações com o sigilo nos espaços sócio-ocupacionais, apontando para a necessidade de estabelecer medidas que garantam a confidencialidade e a segurança das informações no contexto desse novo modelo de trabalho. Essa reflexão ressalta a importância de desenvolver estratégias e políticas que abordem não apenas a eficácia operacional, mas também as questões relacionadas ao bem-estar, igualdade de gênero e segurança no ambiente de trabalho remoto.

Guerra (2022) ressalta a crescente presença de profissionais genéricos no cenário atual, os quais demonstram uma falta de comprometimento tanto com o código de ética quanto com as leis que regem a profissão. Este fenômeno de contratação de profissionais que não se atêm a tais princípios normativos não apenas levanta preocupações éticas, mas também representa um afastamento dos assistentes sociais engajados na defesa dos interesses da classe trabalhadora. A autora alerta para as possíveis repercussões negativas dessa tendência, destacando a importância de valorizar e promover práticas profissionais que estejam alinhadas com os padrões éticos e regulamentações vigentes.

Importante destacar o subterfúgio da contratação de profissionais através dos denominados cargos genéricos. Esse tipo de contratação visa afastar assistentes sociais de seus vínculos e garantias dadas pela Lei de Regulamentação (dentre outras) e pelo seu Código de Ética, liberando-as do cumprimento de orientações sobre atribuições privativas e competências, e das exigências de condições éticas e técnicas para a realização do seu trabalho. Por essa condição de contratação se elimina o compromisso da assistente social como trabalhadora, pois, aparentemente, esta forma de contratação lhe garante a condição de profissional autônoma ou de profissional liberal e como tal não estaria protegida por nenhuma legislação. (Guerra,

2.2 - SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E COMO SE INSERE A PROFISSÃO NO COLÉGIO ARQUIDIOCESANO DE OURO PRETO

Este tópico visa não apenas ressaltar a relevância, mas também enfatizar a vitalidade da presença do Serviço Social no cenário educacional, com um foco específico na contribuição significativa da profissão no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto. Para alcançar esse objetivo, nossa intenção é examinar minuciosamente como essa interação entre o Serviço Social e a Educação se concretiza de maneira prática, mergulhando nas nuances das atividades desenvolvidas e dos impactos gerados.

No contexto específico do Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, pretendemos analisar em detalhes como o Serviço Social se insere e se integra ao ambiente educacional. Isso envolverá uma exploração aprofundada das estratégias, programas e iniciativas implementadas pelos profissionais de serviço social, destacando os desafios enfrentados e os sucessos alcançados. Além disso, será essencial examinar como a atuação desses profissionais se alinha aos valores e objetivos da instituição de ensino, contribuindo de maneira específica para a promoção do bem-estar dos estudantes e suas famílias.

Ao explorar essa dinâmica, buscamos oferecer uma compreensão mais profunda das diversas formas pelas quais o Serviço Social desempenha um papel ativo no contexto educacional do Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto. Isso incluirá a análise de casos práticos, bem como a revisão de documentos e registros relevantes. Dessa maneira, pretendemos capturar a riqueza e a complexidade das interações que ocorrem, destacando como o Serviço Social se torna um agente de transformação e apoio na comunidade educativa.

Adicionalmente, é importante ressaltar a contribuição do Serviço Social para o desenvolvimento integral dos indivíduos envolvidos no contexto educacional, indo além do aspecto acadêmico. Isso envolve a promoção de habilidades socioemocionais, o apoio psicossocial, a orientação para questões familiares e a facilitação do acesso a recursos externos que possam beneficiar a comunidade escolar. Ao fortalecer os vínculos sociais na comunidade educativa, o Serviço Social

desempenha um papel central na construção de um ambiente escolar inclusivo, empático e propício ao crescimento pessoal e coletivo.

Nesse sentido, este capítulo se propõe a oferecer uma visão abrangente e detalhada da interseção entre o Serviço Social e a Educação no contexto específico do Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, enriquecendo a compreensão sobre como essa parceria se traduz em benefícios tangíveis para os envolvidos e para a comunidade como um todo.

2.2.1 - SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A educação é amplamente reconhecida como um direito fundamental de todos os indivíduos e é um dos pilares essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade justa, equitativa e progressiva. A educação capacita os indivíduos, permitindo que eles adquiram conhecimento, habilidades e competências necessárias para tomar decisões informadas em suas vidas. Isso inclui a capacidade de buscar emprego, tomar decisões de saúde, participar ativamente na sociedade e exercer seus direitos civis e políticos, é um mecanismo essencial na redução das desigualdades sociais e econômicas.

Ela oferece a todos, independentemente de sua origem, a oportunidade de melhorar suas vidas e alcançar seu potencial máximo. É um meio pelo qual os indivíduos podem aprender sobre seus direitos, bem como os direitos dos outros. O acesso à educação é um direito humano em si mesmo, conforme estabelecido em tratados e declarações de direitos humanos, e é aí que surge os primeiros ataques do capital a educação, que se dá com as reformas curriculares descabidas e outros meios que satisfazem a burguesia e dificultam a emancipação humana. Marx (2009, 71,72) afirma que:

Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais -, se tornou ser genérico; só quando o homem reconhecer e organizar as suas forças próprias como forças sociais e, portanto, não separar mais de si a força social na figura da força política – (é) só então (que) está consumada a emancipação humana.

A redemocratização do Brasil na década de 1980 trouxe uma nova fase de

desenvolvimento para o serviço social. A Constituição de 1988 consagrou a assistência social como um direito do cidadão, e isso reforçou a importância do serviço social na formulação e implementação de políticas públicas. Visto a importância da atuação dos/das assistentes sociais nos contextos de formação social dos sujeitos em 11 dezembro de 2019 foi aprovada a Lei 13.935 que “dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica” (BRASIL, 2019). Mesmo com a aprovação da lei o CFESS afirma que são essenciais as cobranças a líderes políticos para que seja colocado em vigor a obrigatoriedade desses profissionais neste campo sócio ocupacional.

Entendemos ainda que, o cumprimento de tais disposições expressas na Lei nº 13.935, de 2019, não se apresenta automática, mas, requer da sociedade, das entidades das categorias e de seus conselhos profissionais, necessárias mobilizações que sejam capazes de provocar os gestores estaduais e municipais para a regulamentar a medida e implementá-la nos Sistemas de Ensino da Educação Básica Brasileira (CFESS, 2021, p. 24).

No campo da educação, os profissionais de serviço social desempenham um papel crucial na promoção da igualdade de acesso à educação, no apoio a alunos em situações de vulnerabilidade e na construção de ambientes educacionais inclusivos. O serviço social na educação oferece inúmeras oportunidades para promover uma educação mais equitativa e inclusiva.

A colaboração entre assistentes sociais, educadores, pais e comunidades pode levar a políticas educacionais mais eficazes que ajudem a construir uma sociedade em que o acesso à educação de qualidade seja um direito de todos, independentemente de sua origem ou circunstâncias. Os/as assistentes sociais na educação também desempenham um papel importante na prevenção e intervenção em situações de risco.

Eles identificam alunos em risco de abandono escolar, envolvimento com drogas, comportamento violento ou outras situações prejudiciais e trabalham para intervir precocemente, oferecendo apoio, encaminhamentos e recursos para melhorar a situação do aluno. Sem dúvidas a inclusão é uma das frentes mais necessárias para atuação desses profissionais visto que independentemente de sua origem étnica, orientação sexual, habilidades ou recursos financeiros, todos os indivíduos devem ter iguais oportunidades de aprender e conviver em sociedade.

Analisar as barreiras que limitam o acesso à educação, incluindo desigualdades socioeconômicas e discriminação, é fundamental para compreender os desafios que muitos indivíduos enfrentam na busca desse direito fundamental. barreiras como desigualdade socioeconômicas, discriminação, falta de infraestrutura em áreas rurais, entre outros, impedem que verdadeiramente uma educação de qualidade seja garantida a todos.

Almeida 2011 traz uma reflexão sobre a inserção dos(das) Assistentes sociais na educação:

Pensar a inserção do Assistente Social na Educação coloca o desafio de compreender e acompanhar teórica e politicamente como que as requisições postas a este profissional estão articuladas às tendências contraditórias da política de educação de ampliação das formas de acesso e permanência na educação escolarizada diante de um cenário em que a realidade local se encontra cada vez mais imbricada com a dinâmica da mundialização do capital (ALMEIDA, 2011, p. 24).

No entanto, a inserção do serviço social na educação também enfrenta desafios, como a falta de recursos financeiros, a sobrecarga de trabalho dos profissionais e a necessidade de uma maior conscientização sobre o papel do serviço social nas escolas. Além disso, é importante destacar que a atuação dos assistentes sociais deve ser pautada por princípios éticos, como a imparcialidade, a confidencialidade e o respeito à autonomia dos indivíduos. É uma abordagem que exige cooperação entre diferentes setores, incluindo educadores, profissionais de serviço social, famílias e comunidades, visando criar um ambiente educacional mais acolhedor e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes.

2.2.2 - COMO SE INSERE A PROFISSÃO NO COLÉGIO ARQUIDIOCESANO DE OURO PRETO

O Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto surgiu em contexto onde ainda existiam poucas instituições de ensino na região, sendo fundado em 1926 como o Ginásio Municipal, a princípio na cidade de Mariana/MG, tendo como corpo acadêmico, professores padres que também atuavam no Seminário São José. Em outubro de 1932, através do Decreto nº 21.925, foi concedido ao Ginásio Arquidiocesano as prerrogativas de inspeção permanente, cabendo-lhe a designação de

“Estabelecimento Livre de Ensino Secundário”.

Em 1933, foi realizada a assembleia de fundação da Sociedade Liceu de Ouro Preto, com o objetivo de garantir na instituição a oferta de ensino em caráter particular, em cursos e modalidades previstas na Legislação Brasileira, objetivando a educação religiosa, científica, literária, social e militar. A transferência do então Ginásio Arquidiocesano para o município de Ouro Preto/MG, onde se encontra ainda nos dias atuais e é campo de estágio abordado por este relatório, se deu em 1934.

Durante trinta e seis anos (de 1934 a 1970), o Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto funcionou em regime de externato misto e majoritariamente masculino. Em 1970, o internato foi encerrado, e apenas em 1975 se iniciou o nível Ensino Médio (segundo grau) na instituição. Durante muito tempo, o colégio foi mantido por doações de acionistas da Sociedade Liceu Ouro Preto. A partir de 1992, o Colégio Arquidiocesano passou a ter como Entidade Mantenedora Obras Sociais de Auxílio à Infância e à Maternidade Monsenhor Horta, entidade da Arquidiocese de Mariana, de utilidade pública federal, estadual, municipal, de fins filantrópicos, conforme contrato social. Em 2010 ocorreu nova mudança de mantenedora, passando de Obras Sociais de Auxílio à Infância e à Maternidade Monsenhor Horta para a Fundação Marianense de Educação.

Atualmente o Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, possui, pautado na filosofia da sua Mantenedora, a missão de “promover, por meio de processos pedagógicos e administrativos inovadores, uma educação de referência, fundamentada no respeito à vida, à diversidade, em valores éticos e cristãos, e comprometida com a formação integral do ser humano”, segundo portal da instituição. O campo de estágio trata-se de uma instituição educacional dirigida, desde sua fundação, por sacerdotes católicos, tendo como norteamentos de sua ação político-pedagógica a doutrina cristã católica. O que se reflete na ausência de laicização observada no Projeto Político Pedagógico (PPP) do colégio:

[...] As ações pedagógicas propostas no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto são iluminadas pelas virtudes e pelos valores cristãos que fundamentam a fé, proporcionando uma crescente valorização do ser humano. Isto possibilita prestar um serviço educacional de qualidade, naquilo que é vocação e diz respeito à filosofia do trabalho. Contempla, além do conteúdo programático, os valores éticos que são vivenciados no dia a dia dentro desta Instituição Educacional (CAOP, 2017, p.15)

Dado o exposto, é necessário realizar uma análise da instituição abordada, inserida na Política de Educação brasileira, mesmo que de modo privado. É relevante ainda salientar que a escola privada é um espaço sócio-ocupacional com grandes desafios, dentre esses a quebra do conservadorismo e o reconhecimento da demanda profissional da/do assistente social.

A educação é, no Brasil, um direito a todo cidadão, e deve ser garantida pelo Estado, e está majoritariamente atrelada ao caráter público, porém, no inciso III do artigo 206 da Constituição Federal (Brasil, 1988), nos traz:

O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:
I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II -
autorização e avaliação de qualidade pelo poder público

Nessa perspectiva, as instituições de ensino privadas ganham maior inserção na sociedade brasileira com o avanço do neoliberalismo em detrimento do descaso do Estado sobre esta questão.

[...] na realidade, é um menor investimento do Estado na área social, englobando assim a área educacional, aumentando a pobreza de renda, a perda de capacidade e, conseqüentemente, a exclusão social. Portanto, percebe-se que as repercussões da ofensiva neoliberal acarretaram uma nova definição entre o Estado e a sociedade identificado principalmente, pelo afastamento do Estado na área social. (GONÇALVES, 2009, p.26-27)

Acrescenta Silva (2019, p.02)

É nesse contexto que a sociedade civil deixa de ser apenas parceira das ações do Estado para se tornar responsável principal pela operacionalização de medidas de enfrentamento às expressões da questão social, desenvolvendo políticas sociais que deixam de ser direito para tornarem-se ações filantrópicas, pontuais e desvinculadas do exercício da cidadania, permitindo a expansão do chamado terceiro setor, evidenciando, assim, a tendência assumida pelo Estado de reduzir o seu papel em razão da sua adesão ao ideário neoliberal.

Dado o exposto, tendo compreensão de que o Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto é uma instituição de ensino privada e possui como principal mantenedora a Fundação Marianense de Educação, a instituição busca também atuar de forma

filantrópica, através da viabilização de bolsas de estudos a alunos que possuem comprovação de sua vulnerabilidade social através de processos seletivos. É importante ressaltar que essa é uma das maiores demandas do serviço social na instituição.

[...] na sua atividade filantrópica, vem oferecendo a dezenas de alunos, bolsas de estudo, com vistas a possibilitar o acesso a uma educação de qualidade, reconhecendo a diversidade existente na comunidade escolar a necessidade de respeitar e atender a mesma. O importante é oportunizar vivências capazes de desconstruir a realidade do igual, da repetição, para valorizar a diferença, acreditando na diversidade da vida (CAOP, 2017, p. 27)

Os usuários do serviço social no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto são crianças matriculadas desde o ensino primário (educação básica) até adolescentes cursando o Ensino Médio. Já que o Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, é uma instituição de ensino privada regulamentada que oferta da educação infantil ao ensino médio, conforme explica o PPP do Colégio (2017, p. 8).

A proposta educativa praticada no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, que atende desde o Maternal ao Ensino Médio, pauta-se em, constantemente, cumprir tudo aquilo que propicie alcançar os fins da Educação Nacional e atingir os objetivos gerais do ensino, proporcionando aos educandos a formação necessária ao desenvolvimento de potencialidades e ao pleno exercício da cidadania.

Os usuários do serviço social na instituição educacional abrangem não apenas os estudantes, mas também seus familiares, notadamente aqueles que buscam oportunidades de bolsas de estudo para seus filhos. Essa parcela da população é composta predominantemente pela classe trabalhadora, que muitas vezes se depara com limitações econômicas para arcar com as diversas despesas relacionadas à educação, como mensalidades, matrículas e materiais escolares. A atuação do Serviço Social nesse contexto se torna crucial para amenizar as disparidades e promover o acesso equitativo à educação.

É fundamental ressaltar que a demanda de atendimentos não se restringe apenas aos alunos que solicitam bolsas, pois as famílias desses estudantes também são usuárias ativas do serviço social na instituição. Os profissionais desse campo têm a responsabilidade de não apenas viabilizar o acesso dos estudantes ao ensino, mas

também de compreender e abordar as necessidades e desafios enfrentados pelas famílias, que, por vezes, enfrentam dificuldades socioeconômicas significativas.

Os alunos bolsistas, por sua vez, são uma parte crucial desse cenário, representando aqueles cujas condições financeiras não permitem a cobertura integral dos custos educacionais. O Serviço Social desempenha um papel fundamental ao estabelecer um diálogo constante com esses alunos, buscando compreender suas necessidades específicas e fornecer o suporte necessário para que possam aproveitar ao máximo as oportunidades educacionais disponíveis.

Vale destacar que a atuação do Serviço Social não se limita aos alunos bolsistas; ela se estende a todos aqueles que enfrentam expressões da questão social que podem dificultar seu processo de aprendizagem. Isso inclui, por exemplo, estudantes em situação de vulnerabilidade social, enfrentando desafios como a falta de moradia, alimentação precária, entre outros. A abordagem do serviço social visa, portanto, criar estratégias de intervenção que promovam a equidade educacional, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas circunstâncias, tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial acadêmico.

A promoção da inclusão e da igualdade de oportunidades no âmbito educacional é um dos pilares da atuação do Serviço Social na instituição, sendo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Nesse sentido, a compreensão abrangente das demandas sociais e a aplicação de estratégias eficazes são cruciais para a efetividade do trabalho desempenhado pelos profissionais de serviço social.

A inserção dos Assistentes Sociais em instituições privadas e/ou filantrópicas de ensino, está relacionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei 9.394/1996, bem como à Lei n 12.101/2009 (Lei da Filantropia), que aborda acerca da Certificação das Entidades Beneficentes De Assistência Social (CEBAS), uma vez que estas legislações estabelecem a necessidade de realização de estudos socioeconômicos, competência atribuída ao profissional do serviço social segundo a Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93). A atuação do serviço social nas instituições de ensino não é algo recente, uma vez que, é um espaço sócio ocupacional que demanda a/o assistente social desde a gênese da categoria, segundo Martinelli (2011).

De acordo com Bezerra (2017), a inserção desse profissional no âmbito escolar

é justificada através da sua habilitação para buscar melhores condições de vida e trabalho, despertando nos usuários a consciência de sua valorização humana, além de ser o profissional qualificado para mediar os conflitos entre escola, família e sociedade, buscando identificar as expressões da questão social que permeiam os usuários.

[...]considera-se que a escola constitui-se um dos espaços de intervenção do Assistente Social, já que este profissional é habilitado para atuar no enfrentamento das mazelas sociais através do acompanhamento social das famílias, do fortalecimento dos vínculos das mesmas e do desenvolvimento de suas potencialidades a fim de alcançarem a emancipação social (FALEIROS, 2010 apud OLIVEIRA, 2016).

Dado o exposto, é possível compreender que uma das maiores contribuições das/dos Assistentes Sociais no contexto educacional, principalmente nas instituições privadas é identificar e dar respostas às expressões da questão social, garantindo a efetivação dos direitos sociais e possibilitando a integração da escola no conjunto da sociedade como um todo. Dessa forma, a Assistente Social assume uma postura crítica, pautada no Código de Ética Profissional, visando um Projeto Ético Político que vislumbra uma nova ordem societária e prevê a emancipação humana. A maior demanda profissional da assistente é pautada na avaliação sócio econômica das famílias que solicitam bolsa de estudos, porém, existem diversas outras demandas que são postas à profissional.

As demandas postas ao Assistente Social no contexto educacional brasileiro, são atribuídas pela instituição e possuem o objetivo de promover a garantia do acesso e da permanência na educação.

A atuação direcionada para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação indica outras dimensões que também se inscrevem no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social, evidenciando sua sintonia com os princípios ético-políticos que norteiam a atuação profissional. Reafirma, portanto, a compreensão de que o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e

gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional.(CFESS, 2013, p.38)

É importante levar em conta que o serviço social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e atua em meio às contradições da sociedade capitalista. A/o assistente social é requisitado para atender as demandas da classe trabalhadora, tendo como principal objeto de trabalho as expressões da questão social, ao mesmo tempo em que é empregada por instituições privadas, como é o caso do colégio, o qual, de forma cada vez mais expressiva, se mostra em favor do capital e contra a classe trabalhadora.

Neste campo sócio-ocupacional se evidencia inúmeros debates que são vistos durante o curso, por ser um colégio religioso se destaca a forma de operação extremamente conservadora, e o quanto o vínculo de trabalho que a/o profissional que estiver em campo determina sua autonomia. O colégio é um campo de atuação com enorme potencialidade pois a todo tempo surgem expressões da questão social para serem trabalhadas e debatidas elas vão entre o mais tradicional em ambientes escolares que é o bullying até a violações e abusos sexuais, porém quando essas demandas chegam à escola opta por fazer abordagens conservadoras e a direção não é muito receptivo as intervenções propostas pela assistente social.

Nesse sentido, a profissional desse campo enfrenta um percurso desafiador para desconstruir a imagem de um Serviço Social assistencialista, centrado na análise e distribuição de recursos, como bolsas de estudo. Ela busca constantemente propor intervenções que possam modificar essa perspectiva mais conservadora, sem, contudo, comprometer seu vínculo empregatício, vital para a sustentação de sua família. Este desafio implica não apenas a promoção de uma abordagem mais dinâmica e contextualizada no exercício profissional, mas também a busca por estratégias que harmonizem a inovação nas práticas sociais com a estabilidade necessária para o seu sustento familiar.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o transcorrer desta pesquisa, investigamos a interseção entre o Serviço Social e a Educação, direcionando nossa atenção para a atuação desses profissionais no contexto específico do Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto. As reflexões apresentadas neste estudo visam solidificar uma compreensão abrangente do impacto e da relevância do Serviço Social na promoção de uma educação mais inclusiva, equitativa e atenta às complexas demandas sociais. Em nossa imersão na ligação entre o Serviço Social e a Educação, exploramos minuciosamente as implicações, desafios e oportunidades que essa relação proporciona. Além disso, buscamos identificar e destacar práticas inovadoras e estratégias eficazes que emergem desse encontro, contribuindo para a construção de um panorama mais rico e dinâmico no campo da assistência social e da educação.

No cenário educacional contemporâneo, as demandas sociais são multifacetadas e dinâmicas, exigindo uma abordagem flexível e adaptativa por parte dos profissionais de Serviço Social. A constatação da importância desses profissionais como agentes de transformação no ambiente escolar é evidente, não apenas na mitigação de problemas imediatos, mas também na promoção de uma educação que respeite a diversidade e promova a inclusão.

A análise das práticas de intervenção do Serviço Social na Educação ressalta a necessidade de uma atuação interdisciplinar e integrada. A colaboração entre profissionais de diferentes áreas, como psicologia, pedagogia e assistência social, revela-se como uma abordagem eficaz para abordar as complexidades que permeiam a vida escolar dos estudantes.

É crucial reconhecer os desafios enfrentados pelos profissionais de Serviço Social, desde a sobrecarga de trabalho até a necessidade de constante atualização diante de contextos sociais em evolução. Investir na capacitação desses profissionais é essencial para garantir uma atuação eficaz e alinhada com as demandas emergentes.

Ao abordar os desafios do Serviço Social na Educação, fica claro que este é um campo dinâmico e complexo, intrinsecamente ligado às transformações sociais e educacionais. Os obstáculos enfrentados pelos profissionais de Serviço Social no contexto educacional são vastos e multifacetados a sobrecarga de demandas, a falta

de recursos, as disparidades socioeconômicas e as mudanças nas dinâmicas familiares são apenas alguns dos desafios enfrentados pelos assistentes sociais na educação. No entanto, é importante destacar que essas barreiras não são intransponíveis. A partir desses desafios, emerge a necessidade de repensar as abordagens tradicionais, buscar soluções inovadoras e promover uma colaboração mais estreita entre os diversos profissionais envolvidos no ambiente escolar.

A formação continuada dos profissionais de Serviço Social, aliada à promoção de uma cultura de aprendizado e adaptação constante, é essencial para enfrentar os desafios em evolução. A interdisciplinaridade e a construção de parcerias sólidas com outros setores, incluindo a comunidade e as famílias dos estudantes, emergem como estratégias cruciais para superar obstáculos e promover uma intervenção mais eficaz.

No enfrentamento dos desafios do Serviço Social na Educação, torna-se premente destacar que a promoção da participação ativa dos estudantes no processo educacional transcende a mera transmissão de conhecimentos. Essa abordagem implica, primordialmente, a construção de ambientes educacionais que sejam inclusivos e acolhedores, capazes de reconhecer e apoiar as diversas e singulares necessidades de cada aluno, visando seu desenvolvimento integral.

A participação ativa dos estudantes não se resume apenas à sua presença física na sala de aula, mas envolve um engajamento efetivo nas atividades pedagógicas, promovendo uma interação significativa com os conteúdos curriculares. Para alcançar esse objetivo, é imperativo que o Serviço Social na Educação adote estratégias que considerem as múltiplas dimensões da diversidade presente no ambiente escolar. Essa diversidade inclui aspectos culturais, socioeconômicos, de gênero, raça, entre outros, que influenciam diretamente no processo de aprendizagem e na construção da identidade de cada estudante.

A criação de ambientes inclusivos demanda uma revisão constante das práticas pedagógicas e uma atenção especial às necessidades específicas de grupos historicamente marginalizados. A implementação de políticas e práticas que promovam a equidade e a igualdade de oportunidades é essencial para assegurar que todos os estudantes tenham acesso aos recursos educacionais de forma justa. A atuação do Serviço Social na identificação e enfrentamento de barreiras que possam comprometer a participação plena dos estudantes contribui para a construção de uma educação mais justa e emancipatória.

Além disso, a promoção da participação ativa dos estudantes também implica o estímulo ao pensamento crítico, à autonomia e à expressão de suas próprias vozes. O Serviço Social na Educação pode desempenhar um papel fundamental ao criar espaços para o diálogo e a escuta ativa, proporcionando um ambiente propício ao desenvolvimento da capacidade reflexiva e à construção do conhecimento de forma colaborativa.

Ao adotar uma abordagem centrada no aluno, o Serviço Social na Educação contribui não apenas para a formação acadêmica, mas também para o desenvolvimento pessoal e social dos estudantes. Dessa maneira, a construção de uma educação inclusiva e participativa não apenas responde aos desafios presentes, mas também aponta para um futuro mais justo e igualitário, onde cada estudante tem a oportunidade de prosperar e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

O campo de estágio intensificou a necessidade do debate acerca da atuação dos/das profissionais de serviço social na área da educação, sobre os desafios e enfrentamento de um conservadorismo que limita as intervenções profissionais e o quanto é necessário que essa discussão ganhe força, pois essa área sócio-ocupacional é cheio de potencialidades de formar indivíduos mais autônomos através de uma educação cada vez mais democrática e emancipatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARRÊTO BATISTA, D. O DEBATE DA RELIGIÃO NO SERVIÇO SOCIAL: fundamentos e exercício profissional. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo5/o-debate-da-religiao-no-servico-social-fundamentos-e-exercicio-profissional.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro. Editora Guanabara. Koogan. S.A. 1987.

CFESS. Serviço Social na educação. Brasília, Distrito Federal. 2001.

CFESS. Código de ética profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Disponível em: <http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2015/10/C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-10-ed..pdf>. Acesso em: 4 out. 2023.

IAMAMOTO, Marilda. O trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche. In: Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 9ª Ed. São Paulo, Cortez, 2010, p. 414-452.

LENIN, Vladimir Ilitch. O Estado e a Revolução. São Paulo: Global, 1987.

LESSA, Sergio. Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo. 2ª. ed. São Paulo - SP, Cortez. 2011.

MANDL, E. Teoria marxista do Estado. Lisboa: Antídoto, 1977.

MARX, Karl. O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Teorias sobre a mais-valia: história crítica do pensamento econômico – Livro Quarto de O capital. v. 2. São Paulo: Difel, 1983.

_____. O Capital, Livro I – Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção “Os Economistas”).

_____. ENGELS, F. Cultura, arte e literatura: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MÉSZÁROS, István. A montanha que devemos conquistar. [trad. Maria Isabel Lagoa]. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. A educação para além do Capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

_____. Introdução ao estudo do método de Marx. 1ªed. São Paulo: Expressão popular. 2011.

MOTTA, Vania. EVANGELISTA, Olinda. CASTELO, Rodrigo. Determinações do capital, empresariamento e educação pública no Brasil. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, 2021. Acesso em 20 ago 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/DETERMINAÇÕES%20DO%20CAPITAL,%20EM%20PRESARIAMENTO%20E%20EDUCAÇÃO%20PÚBLICA%20NO.pdf>.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2005.

_____; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2009.

REVISTA, E. Conselho Federal de Serviço Social -CFESS. Disponível em: <http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2015/10/C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-10-ed..pdf>. Acesso em: 4 out. 2023.

SAVIANI, D. Introdução. In: SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1991.

TEIXEIRA, J. B. O projeto ético--político do Serviço Social. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em: 4 out. 2023.